

SUMÁRIO

- Para 2024, a **incerteza** em torno das previsões de qualquer **cenário macroeconómicos** é bastante elevada, com as grandes economias numa situação de quase estagnação.
- Em 2023, devido ao contributo da procura interna, o **PIB cresceu 2,3%**, num contexto de desaceleração da economia europeia.
- A **taxa de inflação desacelerou** para os 4,3%, depois de atingir um máximo histórico em 2022 (7,8%).
- O **mercado de trabalho**, manteve-se resiliente em 2023, com a população ativa e o emprego a atingirem níveis historicamente elevados.
- Em 2023 o **saldo orçamental** registou um excedente de 1,2% do PIB (compara com um défice de 0,3% do PIB em 2022)
- O peso da **dívida pública** em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente diminuindo para 99,1%.

1.ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

2023 ficou marcado pelo arrefecimento generalizado das maiores economias, e com uma descida das taxas de inflação, ainda que acima das metas previstas (2%). O mercado de trabalho revelou-se, uma vez mais, bastante favorável com taxas de desemprego em mínimos históricos.

A economia da Zona Euro e da União Europeia, em 2023, cresceu apenas 0,4%, uma revisão em baixa face à estimativa inicial, que apontava para um crescimento de 0,5%. Esta é uma forte desaceleração face ao crescimento de 3,4% registado em 2022.

A variação média anual da inflação na Zona Euro, em 2023, passou para 5,4%, face aos 8,4% do ano anterior e na UE-27 abrandou de 9,2%, em 2022, para 6,4% no ano passado.

O mercado de trabalho manteve-se sólido, registando mesmo ligeiras descidas da taxa de desemprego, que passou de 6,2% para 6%, na UE27 e de 6,8% para 6,5%, na Zona Euro. Uma vez que se espera que o abrandamento económico seja moderado e transitório, é pouco provável que as empresas ajustem as suas forças de trabalho num curto período de tempo.

Incerteza nas previsões

Para 2024, a incerteza em torno das previsões de qualquer cenário macroeconómico é bastante elevada. Perante o aumento das tensões geopolíticas, quer no Médio Oriente, quer no conflito Rússia-Ucrânia, qualquer cenário macroeconómico se revela incerto, pelas repercussões que podem ter na economia mundial, pressionando os preços das matérias-primas ou dificultando as principais redes de distribuição.

Novas regras orçamentais

Destaca-se ainda a reforma das regras orçamentais acordadas na UE-27, de acordo com as quais, se mantêm os limites formais de 3% e 60% do PIB para o défice e a dívida pública, mas prevêem-se trajetórias de ajustamento orçamental «por medida» a nível nacional, concebidas em quatro anos, prorrogáveis até um máximo de sete anos.

Este novo quadro orçamental, que não será vinculativo até aos orçamentos de 2025, prevê um período de transição até 2027 (destinado aos países com défices orçamentais superiores a 3,0% e que seriam automaticamente abrangidos pelo procedimento relativo aos défices excessivos) com a exclusão temporária do cálculo dos juros da dívida.

Nos primeiros meses de 2024, a atividade na Zona Euro está a melhorar, mas permanece muito fragilizada, com as grandes economias da região numa situação de quase estagnação, podendo dar lugar a um aumento do desemprego nos próximos meses.

Descida da taxa de inflação a um ritmo mais lento

Ao longo do ano, espera-se que o crescimento real do PIB vá ganhando força, apoiado pelo aumento do rendimento das famílias, do consumo público e da procura externa.

A taxa de inflação deverá descer, mas a um ritmo mais lento do que em 2023. Prevê-se uma redução das pressões inflacionistas, registadas já nos últimos meses, com a contenção dos preços da energia e das matérias-primas, a permitir algum optimismo.

Espera-se que a inflação nos EUA, se situe em torno de 2,0% em meados do ano e que continue a diminuir no segundo semestre do ano. Na área do euro, o comportamento poderá ser semelhante, embora a moderação seja provavelmente um pouco mais lenta e o ano possa terminar com uma taxa ligeiramente acima de 2,0%.

À medida que as taxas de inflação se aproximam do objetivo de 2,0%, é de esperar que os principais bancos centrais comecem a baixar as taxas de juro de referência, aliviando, assim, a pressão de muitas empresas e famílias. Neste cenário, espera-se uma recuperação da economia internacional no segundo semestre do ano.

Boa evolução do mercado de trabalho

Um outro fator que poderá contribuir para uma recuperação da atividade económica é a boa evolução do mercado de trabalho, que tende a reagir com algum atraso à evolução da atividade económica. Apesar das dificuldades em encontrar trabalhadores para muitos sectores, não se esperam grandes subidas do desemprego.

A descida da inflação e o crescimento robusto dos salários, no contexto de um mercado de trabalho ainda restritivo, deverão apoiar o poder de compra das famílias no primeiro semestre do ano. Espera-se, portanto, que a atividade seja sustentada sobretudo pelo consumo privado.

A tendência de crescimento do consumo privado registada no último trimestre de 2023, deverá manter-se nos próximos trimestres devido à descida da taxa de inflação e à continuação da resiliência geral do mercado de trabalho.

De acordo com o BCE, os rendimentos não relacionados com o trabalho (por exemplo, rendimentos de trabalho por conta própria e de ativos financeiros), aliados ao forte crescimento dos salários, deverão apoiar o poder de compra das famílias no curto prazo. O rácio de poupança deverá permanecer elevado em 2024, espelhando a incerteza ainda elevada, bem como as elevadas taxas de juro, com acesso mais restrito a crédito.

Aumento do
poder de compra

2. ECONOMIA NACIONAL

Tudo apontava para que 2023 fosse um ano difícil para as economias europeias e para a portuguesa em particular. No entanto, a economia portuguesa acabou o ano com um crescimento de 2,3%, muito superior ao esperado. Recorde-se que as previsões do Orçamento do Estado para 2023 (realizadas em Outubro de 2022), eram de um crescimento do PIB de 1,3%.

Ao longo do ano, o ritmo da economia foi oscilando, muito concentrado nos trimestres em que foi mais notória a redução da sazonalidade do turismo.

**CRESCIMENTO
ACIMA DAS
EXPECTATIVAS**

Factores pontuais

Entre Julho e Setembro, a ligeira queda da atividade (–0,2% no trimestre) esteve relacionada com fatores pontuais (como a paragem temporária da fábrica de automóveis da Autoeuropa devido a problemas nos abastecimentos) e também com menor impulso das economias externas.

Mas, a economia não só conseguiu evitar a recessão, como registou um impulso assinalável no último trimestre do ano, crescendo 0,8%, confirmando a robustez da procura interna enquanto a parte externa pesou menos desfavoravelmente.

O comportamento da economia portuguesa em 2023 não deixa de ser assinalável, tendo em conta o expressivo aumento das taxas de juro decretadas pelo BCE.

Crescimento acima da média europeia

Num contexto de crise energética, inflação elevada e subida das taxas de juro, a economia portuguesa continuou a crescer acima da média europeia, com um aumento do PIB de 2,3%.

O crescimento registado em 2023 foi possível pela resiliência do mercado de trabalho, num contexto de pressões inflacionistas decrescentes, contribuindo para o crescimento dos salários reais, e por uma procura externa crescente.

O crescimento da economia concentrou-se, maioritariamente, no primeiro semestre do ano, com uma aceleração no segundo trimestre face ao anterior, em termos homólogos (taxa de variação de 2,5% e de 2,6%, respetivamente).

Na segunda parte do ano, o crescimento foi menos robusto, com uma desaceleração da atividade económica no terceiro trimestre do ano para os 1,9% e um maior crescimento no quarto trimestre, de 2,1% em termos homólogos.

Devido à fraca procura por parte dos principais parceiros comerciais, prevê-se que o crescimento económico permaneça moderado no início de 2024 e só depois aumente gradualmente.

- O consumo privado deverá beneficiar de um aumento constante do emprego e dos salários, compensando em grande parte as despesas mais elevadas das famílias com pagamentos de juros hipotecários.
- O Plano de Recuperação e Resiliência deverá continuar a apoiar o investimento e no sector externo, as importações deverão ultrapassar as exportações.

3. MERCADO DE TRABALHO

Em 2023, o mercado de trabalho teve um melhor desempenho do que o que se estava à espera, com o emprego a subir mais do que o esperado e o desemprego a subir abaixo das expectativas.

Recorde-se que no cenário macroeconómico que serviu de base ao Orçamento do Estado para 2024, era esperado que a taxa de desemprego atingisse os 6,7% e a criação de emprego aumentasse 1,1%, face a 2022.

**ACIMA DAS
EXPECTATIVAS**

De acordo com os dados publicados, aquelas metas foram superadas: em 2023 a população empregada aumento 2% e a taxa de desemprego fixou-se em 6,5%.

O mercado de trabalho manteve-se, assim, resiliente em 2023, com o crescimento do emprego a ser transversal aos três principais setores de atividade (agricultura, indústria e serviços).

A média anual da população empregada, em 2023, foi de 4.978,5 mil pessoas (+2%; +97,1 mil) tornando-se no valor mais elevado desta série, iniciada em 2011.

Reflexo do abrandamento económico que se fez sentir, registou-se um maior aumento dos contratos de trabalho com termo (+6,7%; +38,3 mil), os quais passaram a aumentar a sua representatividade nos trabalhadores por conta de outrem: passaram de 13,8% em 2022 para 14,4% em 2023, o que se traduz num aumento da precariedade dos postos de trabalho criados.

Relativamente à população desempregada, em 2023, foi estimada em 346,6 mil pessoas, aumentando em relação a 2022 (8,6%; 27,5 mil), com reflexo na taxa de desemprego que passou de 6,1% para 6,5%, abaixo das previsões do Governo no OE2024 (6,7%).

Destacam-se os aumentos dos desempregados: homens (+11,4%; +16,8 mil); os jovens (+18,9%; +12,4 mil); com ensino Secundário e pós-secundário (+13,7%; +15,5 mil) e o primeiro emprego (+10,2%; + 4,7mil).

Apesar de se manter elevado, registou-se uma descida do desemprego de longa duração que representa cerca 37,7% do desemprego total (era de 46,4%, em 2022).

Valor mais alto de sempre

Aumento da precariedade

Descida dos DLD

Aumento do
desemprego
jovem

Verifica-se uma dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, que apesar da melhoria das qualificações, registaram um aumento da taxa de desemprego para de 19,1%, em 2022, para 20,3%, no ano passado.

Nos primeiros meses de 2024, o mercado de trabalho deu sinais positivos, ao nível do emprego, com a população empregada a renovar o máximo histórico no início do ano (4.988,6 milhões de indivíduos, em Janeiro).

4. TAXA DE INFLAÇÃO

A inflação apresentou uma trajetória descendente na generalidade das economias avançadas ao longo de 2023, após ter atingido um máximo histórico em 2022.

Em Portugal, em 2023, a taxa de inflação fixou-se em 4,3%. Este valor revela uma descida de 3,5 p.p. face ao valor registado em 2022 e fica abaixo da previsão do Governo, que tinha estimado o valor de 4,6%.

Apesar de positiva, é uma evolução que deve ser vista com alguma cautela sobretudo numa altura em que termina a medida do IVA zero, esperando-se assim uma subida de preços, sobretudo dos produtos básicos onde aquele imposto tinha sido eliminado, a que se soma o aumento generalizado dos custos de produção.

Recorde-se que para 2024, as previsões apontam para uma taxa de inflação em torno de 3%, acima do valor de referência indicado pelo BCE (2%).

**ABRANDAMENTO
DOS PREÇOS**

Nos primeiros meses de 2024, apesar da inflação apresentar sinais de aceleração, em Portugal foi inferior à área do euro.

Esta aceleração ficou a dever-se sobretudo aos bens energéticos, os quais apresentaram uma variação homóloga positiva, contrastando com as variações negativas dos três trimestres anteriores.

Por oposição, os bens alimentares não transformados, têm mantido o processo de alívio desde o segundo trimestre de 2023.

5. SALÁRIOS

Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou para 1.505€, correspondendo a uma variação de +6,6% (+93€), em relação a 2022, ficando, assim, acima do valor mínimo estabelecido (5,1%) no Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e no qual a UGT se empenhou na defesa de melhores condições para os trabalhadores portugueses.

Já em 2022 as remunerações também tinham crescido (+3,7%), em termos nominais, mas a inflação tinha sido tal (7,8%) que, em termos reais, os portugueses acabaram por perder poder de compra (-4,1%).

Com o valor agora conhecido, os trabalhadores portugueses recuperaram algum poder de compra em 2023, situação pela qual a UGT se bateu aquando da assinatura Acordo de Rendimentos, em Outubro de 2022.

AUMENTO DOS SALÁRIOS

Acima do Acordo de Rendimentos

Ganhos de poder de compra

Desde 2015, primeiros dados reportados pelo INE¹, a remuneração média global foi valorizada em 27,7%, o que corresponde a uma valorização real de 8,4%.

No setor privado, a valorização da remuneração bruta total mensal média, neste período, foi de 31,8%, o que corresponde a uma valorização real de 12,0%.

Em 2023, o comportamento da actividade económica revelou ser mais favorável do que o esperado reflectindo em larga medida, a resiliência do mercado de trabalho.

- O emprego continuou a aumentar, sustentado na elevada criação de novos postos de trabalhos, com ganhos nos setores mais bem remunerados.
- A taxa de desemprego manteve-se baixa, situando-se próxima dos valores de 2019.
- Esta evolução, conjugada com um crescimento dos salários reais, teve contrapartida na situação financeira das famílias, tendo-se registado ganhos do rendimento disponível real nos últimos três anos.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

Em 2023, o excedente orçamental das Administrações Públicas foi de 1,2% do PIB, superando todas as expectativas. Note-se que a estimativa inicial era de um défice de 0,8% do PIB, previsto no OE para 2023, tendo sido revisto para um excedente de 0,8% do PIB, aquando do OE para 2024.

¹ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=633380983&DESTAQUESmodo=2

**O maior
excedente em
democracia**

O valor registado em 2023, revela-se assim como o maior excedente em democracia, superando largamente o de 2019 (0,1%), ano em que se registou o primeiro excedente orçamental da história democrática do país.

Em 2023 saldo das AP foi de 3.194 milhões de euros, o que compara com - 779 milhões de euros, em 2022. Esta melhoria resultou de um aumento da receita (9%) superior ao da despesa (5,2%).

A **receita aumentou 9%**, beneficiando da evolução positiva de todas as componentes. Os maiores contributos resultaram da:

- Receita fiscal (4,6 p.p.) e das contribuições sociais (2,9 p.p.), refletindo o dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, assim como, no caso dos impostos indiretos, o efeito da inflação.

A **despesa aumentou 5,2%**. Para esta evolução contribuíram principalmente:

- As despesas com pessoal (1,8 p.p.), em particular devido aos efeitos das atualizações salariais e das valorizações remuneratórias;
- As prestações sociais (1,4 p.p.);
- Os juros (1 p.p., correspondendo a mais 1087 milhões de euros, face ao ano anterior, invertendo a tendência de descida verificada entre 2015 e 2022);
- O investimento (FBCF) (0,9 p.p.), com um crescimento de 16,8%, impulsionado pela aplicação dos fundos europeus referentes ao PRR.

Perante este excedente orçamental, o Estado deverá adotar medidas sociais mais ambiciosas que assegurem mais estabilidade à classe média, numa altura em que as taxas de juro atingem valores inesperados, com consequências para as famílias com créditos à habitação.

**Adopção de
medidas sociais**

DIVIDA PÚBLICA
ABAIXO DOS 100%

Em 2023, a dívida pública diminuiu para 99,1% do PIB, menos 13,3 p.p. face ao final de 2022 (112,4%), sendo a primeira vez, desde 2009, que a dívida se situa abaixo dos 100% do PIB.

Esta redução resultou do efeito conjugado do aumento do denominador (PIB), e da redução do stock da dívida pública em 9,3 mil milhões de euros, situando-se em Dezembro de 2023, em 263,1 mil milhões de euros.

Depois de um pico no rácio da dívida em 131,5% do PIB em 2016, Portugal reduziu este nível de endividamento em 32,4 pontos percentuais, caindo para 99,1% em 2023.

A redução foi conseguida apesar de, em 2020, em virtude da resposta de emergência à crise pandémica, o rácio ter fixado um novo máximo histórico em 134,9%.

Recorde-se que o endividamento português disparou a partir de 2010 com o rácio a ultrapassar o limite dos 100% do PIB.

Perante a melhoria das contas públicas, a UGT espera uma aposta clara no investimento em serviços públicos, sobretudo ao nível da habitação, saúde e educação de forma a melhorar substancialmente as condições sociais do país.

Com estes resultados, espera-se uma mais justa repartição da riqueza e um desagravamento da carga fiscal sobre o trabalho que continua a ser a principal fonte de receitas (cerca de 66%) dos impostos directos.

Investimento nos
serviços públicos